

**AO JUÍZO DA VARA DE FAMÍLIA, ORFÃOS E SUCESSOES DA  
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXX**

**Fulano de tal**, nacionalidade, estado civil, portador de necessidades especiais, inscrito no CPF n.º XXXXXXXX e do RG n.º XXXXXX XXX/XX, neste ato representado por sua irmã, **Fulana de tal**, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora do CPF n.º XXXXXXXX e do RG n.º XXXXXX XXX/XX, residente e domiciliados na XXXXXXXXXXXXX Cep: XXXXXX, Fones: XXXXXX/XXXXX, vem por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**, à presença de Vossa Excelência, requerer a expedição de:

**ALVARA JUDICIAL**

**Com tutela provisória**

,pelas razões de fato e de direito a seguir delineadas:

A Sra Fulana de tal é irmã e Curadora de **Fulana de tal**, nascido aos XX/XX/XXXXX, que é portador de necessidades especiais, (Paralisia Cerebral).

Cumpramos informar que a Curadora do Requerente, valendo-se de benefícios oferecidos pelos Governos Federal e Distrital, adquiriu um

veículo XXXXXXXX, Placa XXXX XXXX, adquirido para transporte do Requerente que necessita se deslocar para consultas, fisioterapia e demais tratamentos que o menor necessita.

Todavia, necessitando de adquirir um modelo mais novo e confortável, pois o carro antigo não supria mais as necessidades, haja vista o carro ser alto tornando-se dificultoso o acesso do Requerente no veículo, que se desloca constantemente para realização de seu tratamento.

Desta forma, por inexperiência e desconhecimento dos procedimentos legais, a curadora do Requerente já efetuou a venda do veículo antigo e adquiriu um novo, pois não sabia que era necessário o alvará para realizar toda a transação. Assim, ao diligenciar ao Cartório com o fito de se reconhecer a firma do documento de transferência do veículo, foi negado pela serventia essa providência, tendo o notário se recusado, por ser necessária uma autorização judicial para promover os atos destinados à alienação do veículo.

Nesse sentido, informa a requerente que já adquiriu um novo veículo, marca/modelo **XXXXXXXXXXXX**, sendo que o veículo antigo pertencente a Requerente já foi vendido, á **Fulana de tal, Telefone: XXXXX**, pelo valor de R\$ XXXXX (XXXXXXXXXX), conforme DUT (autorização para transferência de propriedade de veículo) e extrato bancário em anexo.

Sendo, que de acordo com a tabela FIPE, o carro com as características parecidas com o vendido pela requerente encontra-se no valo de R\$ XXXXXX (XXXXXXXXXX), conforme consulta em anexo.

Há de se considerar que a cotação obtida junto a tabela FIPE se refere a um veículo com características superiores ao que pertencia ao Requerente e que já foi vendido, sendo a diferença de preço entre ambos pequena, que aliada a atual conjuntura econômica de crise total no mercado, onde as vendas de veículos e outros bens são realizadas com bastante dificuldade, temos que não há de falar em prejuízos ao Requerente com a venda antecipada de seu veículo.

Ademais, a Curadora do Requerente sempre cuidou com afinco do mesmo, sendo que a mesma é a responsável por cuidados diários ao

mesmo, e com a venda e compra do veículo relatado buscou-se melhorar as condições de vida e dignidade do irmão.

Assim, diante da recusa dos órgãos responsáveis (Cartório e Detran), ao argumento de que necessitam de uma ordem judicial para que possam atender o pleito da requerente, vem a requerente requerer a tutela jurisdicional nesse fim.

Cumpre salientar, que a transação já foi toda efetuada, bem como a venda do veículo antigo e a compra do novo veículo, faltando apenas a transferência do veículo antigo por parte da requerente, pois conforme informado ela não tinha conhecimento da necessidade do presente feito para a realização das transações e que em todo momento agiu de boa-fé, sempre pensando em melhorar a qualidade de vida do curatelado.

Também, há se deixar claro que o curatelado auferia uma renda mensal de um salário mínimo, os quais não são suficientes para pagar todo seu sustento, nem para adquirir o veículo citado, sendo a maior parte do seu sustento mantido por sua representante legal, conforme extrato bancário em anexo.

Por fim, a Curadora do Requerente informa que para a aquisição do veículo em nome do irmão, teve que realizar um empréstimo consignado em seu nome, que foi quitado com o pagamento realizado pela Sra **Fulana de tal pela compra do veículo do Requerente.**

## **DOS PEDIDOS**

### **1. Ante o exposto, requer-se**

a) Sejam concedidos os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, do CPC;

b) Seja concedida a tutela provisória de urgência, ***in limine litis***; deferindo a expedição do competente **Alvará Judicial** permitindo que **Fulana de tal** possa praticar os atos administrativos/negociais necessários à transferência do veículo antigo, marca/**modelo XXXXXXXX**, **Placa XXXXXX para a Sra Fulana de tal perante os órgãos de trânsito e cartório, em especial o reconhecimento de firma no DUT;**

c) a intervenção do órgão do Ministério Público;

d) seja ao final julgado julgado procedente o pedido, expedindo-se **ALVARÁ JUDICIAL**, permitindo que **Fulana de tal** possa praticar os atos administrativos/negociais à transferência do veículo antigo, marca/modelo **XXXXXX**, Placa **XXXXXX**, para a **Sra Fulana de tal** perante os órgãos de trânsito e cartório, em especial o reconhecimento de firma no DUT;

e) Requer provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, em especial, pela prova documental.

Dá-se à causa o valor de R\$ XXXXXXXX (XXXXXX)

Nesses termos,

Pede deferimento.

XXXXXXX,      XX/XX/XXXX XX:XX:XX

**Fulana de tal**  
representante legal

**Fulano de tal**  
**Colaborador**

**Fulano de tal**  
**Defensor Público**